



Reforçar
Portugal
www.danielfangueiro.net

Moção de
Estratégia Global ao
XVIII Congresso Nacional da JSD

1.º Subscritor - Daniel Jorge Martins Fangueiro



Reforçar Portugal

INTRODUÇÃO	4
ENQUADRAMENTO GERAL	5
1. REORGANIZAÇÃO INTERNA – REFORÇAR A JSD	6
1.1 Formação	6
1.2 Produção de Conteúdos	6
1.3 Intervenção Pública	7
1.4 Funcionamento Interno	7
2. CICLO POLÍTICO – REFORÇAR O NOSSO PESO POLÍTICO	8
INTRODUÇÃO	8
2.1 AUTÁRQUICAS	8
2.2 PRESIDENCIAIS	8
3. POLÍTICAS PARA O FUTURO PARA REFORÇAR PORTUGAL	9
3.1 Reforçar na EDUCAÇÃO	9
3.1.1 Ensino Básico Secundário	9
3.1.2 Ensino Superior	9
3.2 Reforçar nas TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	10
3.2.1 eGovernment/ ePortugal	10
3.2.2 Sistemas de informação	11
3.3 Reforçar no EMPREENDEDORISMO	12
3.4 Reforçar no EMPREGO	12
3.5 Reforçar no ASSOCIATIVISMO E VOLUNTARIADO	13
3.6 Reforçar no AMBIENTE	14
3.7 Reforçar na SAÚDE	15
3.8 Reforçar na EUROPA	15
3.9 Reforçar na HABITAÇÃO E ARRENDAMENTO	17
3.10 Reforçar na SISTEMA ELEITORAL PORTUGUÊS	17
3.11 Reforçar na JUSTIÇA	17
3.12 Reforçar na FAMÍLIA E IGUALDADE	18

Chegamos a este XVIII Congresso Nacional da Juventude Social Democrata, no Fundão, com uma responsabilidade elevada na defesa dos jovens Portugueses e de políticas que pugnem pelo importante papel que têm na nossa sociedade.

Numa altura em que o país passa por uma mudança, que melhor ocasião para fazermos uma reflexão sobre o que queremos para a JSD, enquanto estrutura, mas sobretudo o que queremos para o nosso País!

Este Congresso deve, na nossa opinião, dar uma clara resposta à Juventude Portuguesa. O que quer a JSD para Portugal? Deve ser esta reunião magna o primeiro passo para que os jovens portugueses comecem a acreditar mais na política e a participar nas decisões que a todos nós dizem respeito. E que melhor forma de contribuir para a qualidade de vida do nosso quotidiano e, acima de tudo, assegurar o nosso futuro com base na sustentabilidade, no humanismo e na solidariedade, do que participando activamente na maior estrutura política de juventude Portuguesa?

Devem a discussão de ideias, a enorme vontade que temos de mudar Portugal e a nossa irreverência, ajudar a elevar a nossa voz contra aqueles que questionam a existência das Juventudes Partidárias, que defendem a sua extinção e que nos acusam de só colarmos cartazes, agitarmos bandeiras e de querermos subir na hierarquia política.

Terá de ser a JSD a dar, aqui e lá fora, as respostas para conquistar os jovens portugueses.

A Juventude Social Democrata tem uma missão, uma missão importante, que ousamos apelidar de única.

Pertencemos a uma Geração que acredita em Portugal. Pertencemos a uma Geração que acredita em si própria. Somos nós que, através do património conquistado no passado, tere-

mos de assegurar o presente para garantirmos definitivamente o futuro!

Numa altura em que o nosso partido se prepara para travar duas Eleições Autárquicas e Eleições Presidenciais, consideramos ser este o momento de marcar a história desta grande e magnânime estrutura, efectuar uma grande reformulação e uma viragem na forma de fazer política.

Entendemos que, a seis meses do combate autárquico e a nove meses das eleições presidenciais, seremos nós, com um rejuvenescimento de quadros, aliado a uma experiência de combate no terreno que vamos iniciar um crescimento do PSD na sociedade portuguesa.

Pretendemos que a JSD seja um reforço complementar do Partido mais português de Portugal!

Pretendemos trazer para a JSD, a credibilidade que sempre a caracterizou e também a representação parlamentar, pela primeira vez não temos um único deputado na Assembleia da República! O Parlamento português fica mais pobre sem a JSD, queremos desde já lutar pela juventude portuguesa!

Pretendemos, elevar as palavras do fundador do nosso Partido dizendo e aplicando, sem medos, que a "Juventude Social Democrata é a consciência crítica do PSD".

Não basta dizê-lo! Estamos cá para o praticar sempre com elevação e sentido de responsabilidade!

A política de juventude, até por força de condicionamentos económicos e sociais e das exigências do século XXI, é, actualmente, uma política transversal e os assuntos não podem ser, de modo algum, abordados isoladamente.

Numa perspectiva global, os contributos desta moção vão no sentido de reforçar a participação dos jovens na vida pública, facilitar o acesso ao emprego, promover a integração social e assegurar a defesa de valores fundamentais como o respeito pela diversidade.

Pretendemos desde logo reorganizar a JSD, torná-la dinâmica para os combates que se avizinham. É imperativo de Norte a Sul do país, intensificar o combate político e aproximar os dirigentes e militantes da estrutura às grandes causas, demonstrar a capacidade dos nossos dirigentes para assumir responsabilidades ao mais alto nível, e, lado a lado, protagonizar, no terreno, o que defendemos para os jovens portugueses.

O ciclo político que se aproxima é fundamental para o nosso país, logo só com uma estrutura estável, equilibrada e com garantias de sucesso será possível obtermos resultados. Nas autárquicas, lutaremos pela renovação dos quadros de forma a garantir uma estabilidade política para o nosso partido. Uma estabilidade geracional que deve ser assente nos valores que agora despontam e se afirmam.

Nas eleições presidenciais, estaremos motivados, muito motivados para termos uma figura responsável, equilibrada e com garantias de senção a lutar, ao lado do nosso partido, por um Portugal melhor.

Estaremos presentes com as nossas bandeiras, lançaremos 3 temas chave: o Ambiente, o Empreendedorismo e o Emprego. São temas de futuro que garantem à juventude portuguesa o

seu espaço e a sua presença nesse mesmo futuro. Estaremos, convictamente, na Educação a lutar pelos interesses dos alunos do ensino superior e dos ensinios básico e secundário, assim como pelos dos jovens professores e funcionários. Somos responsáveis e temos uma política definida para a habitação e para o arrendamento jovens, com o fim de garantir condições dignas para a juventude.

Estaremos sensibilizados para as áreas da Saúde, com destaque para a Sida, Toxicodpendência e para a Sexualidade. Queremos ser, cada vez, mais mobilizadores e dinâmicos e não descuraremos o associativismo e o voluntariado. Estamos com o pensamento aberto, temos o tema Europa bem presente e com uma ideologia forte. A reforma do Sistema Político será, para nós, uma prioridade e apresentaremos propostas bem concretas sobre o tema, uma vez que queremos ser, cada vez mais, autónomos e com espírito vencedor.

Estamos seguros que temos uma política sustentada para Reforçar Portugal e Reforçar a JSD!

I FORMAÇÃO

Se um partido, que tenha vocação governativa, deve estar dotado das pessoas que possam, em qualquer momento, assegurar com qualidade as exigências da tarefa da governação. Do mesmo modo, um partido responsável procura estar bem representado nas instâncias onde tem assento, a nível nacional ou internacional. Vamos para a política como uma actividade de serviço público que deve ser servida no melhor que a sociedade nos oferece. Deve, assim, procurar pessoas de irrepreensível formação moral, que comunguem dos valores da democracia e que tenham passado por um imprescindível processo de formação. Quando defendemos, assim, o regresso da política aos portugueses, na sua dimensão mais nobre. Àqueles, embora tendo formação, desde sempre se aparam ao partido, conhecem a sua grandeza, os seus valores, nele se formaram como pessoas e cidadãos e que estão, assim, preparados para o servir nas mais exigentes batalhas em que estivermos, todos, envolvidos e, através disso, Portugal.

Em este contexto que as juventudes partidárias em desempenhar um papel fundamental. A juventude é o momento formativo por excelência.

Um partido, como qualquer organização, se quiser prosperar deve apostar nos seus jovens e na sua formação, assim, estará, inequivocamente, a olhar para o futuro. O prestígio da juventude partidária sairá, seguramente, reforçado se esta se revelar capaz de formar, com seriedade e sucesso, os futuros políticos do país.

Queremos, assim, como absolutamente essencial para o renascer da política a criação de um programa de formação para jovens do país.

Os formadores terão de ser pessoas de conhecido mérito, dado que um programa

deste tipo, para ser bem sucedido, deve contar com oradores de excelência. O partido está em condições de fornecer essas pessoas, assim elas aceitem!

Quanto aos destinatários da formação, devemos ser ambiciosos: estendê-la ao máximo de jovens possível (dentro e fora da JSD), criar opções adaptadas às várias necessidades (quer formação generalista para o militante de base ou não militantes, quer formação especializada adaptada às exigências de certas funções) e recorrer a meios e instrumentos atraentes e de fácil utilização (a formação on-line é uma ótima alternativa à formação presencial).

Propostas para formação:

- PROGRAMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DE FUNDO PARA MILITANTES
- PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA
- FORMAÇÃO ON-LINE
- A FORMAÇÃO ABERTA AO EXTERIOR

I.2 PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS

Os militantes, bem como a sociedade, precisam de acreditar que a JSD defende algo mais do que aquilo que simplesmente a juventude nos vai fazendo chegar em cada momento.

Tem de existir um trabalho profundo, racional e muito inovador que seja sempre coerente com o rumo traçado e que esteja de acordo com os valores basilares que defendemos. Não só pela própria JSD, não só pela sociedade portuguesa que necessita de saber em que é que a JSD acredita, mas essencialmente para que os militantes se possam identificar com a sua estrutura.

Não é possível continuar com a ambição de,

por termos de centro, não podemos definir posições claras. Na Jota, temos de ser tão inequívocos como intransigentes. Não se compreende a existência de compromissos numa estrutura que apenas deve defender a juventude. A única lealdade que devemos manter é com o Partido e, apenas, nos casos em que posições públicas já tomadas o justifiquem. Naquilo em que ambos acreditamos, Partido e Juventude, devemos ser nós a propor e a ir mais além.

I.3 INTERVENÇÃO PÚBLICA

A exteriorização da JSD é importantíssima para a afirmação e credibilização da própria estrutura; a propagação e acolhimentos das ideias e conteúdos propostos pela JSD; e para a atracção dos jovens pela e para a JSD.

A intervenção pública da JSD deve fazer-se quer a nível das massas, aproveitando a comunicação social nacional e local, quer directamente junto dos jovens (actuar presencialmente junto da juventude, cara-a-cara, mão-a-mão nos seus (nossos) meios (por exemplo, à Noite, nas Universidades e nas Escolas, em Eventos Desportivos). Para isso, a JSD tem que se assumir como uma nova geração, com uma mensagem de Rompimento e Desprendimento, onde o Marketing é sempre essencial como meio de cativar a atenção das pessoas e de as seduzir.

É necessária muita imaginação, não se deve fazer por fazer, mas fazer quando se vai fazer bem. Poder-se-á apostar na realização ou na intervenção em eventos de especial repercussão social e recorrer à participação de pessoas que sejam referências junto dos jovens (opinion leaders).

Um outro compromisso que assumimos, que aplicaremos no Conselho Nacional e sugerimos a sua adopção nos Conselhos Distritais e plenários de secção e de núcleo, é o princípio do aproveitamento local das actividades colec-

tivas. Significa isto que sempre que um Conselho se reúna em qualquer local do país, não se deve perder a oportunidade de deixar uma marca política desse facto no local onde aquele se realizou. Assim, após e na sequência destas reuniões, os Conselheiros serão mobilizados para actividades locais de simbólica intervenção pública: uma visita a certo local, a participação num colóquio que se siga, a realização de uma qualquer acção de campanha.

I.4 FUNCIONAMENTO INTERNO

A distribuição Publicitada de Pelouros pelos membros da CPN, colocando os Vice-Presidentes em posições de coordenação de equipas compostas pelos Vogais da CPN e por outros militantes colaboradores. Periodicamente os responsáveis por cada pelouro deverão prestar contas das actividades e iniciativas nas áreas da sua responsabilidade.

Para tornar a JSD um espaço atractivo, é necessário reunir reconhecimento e qualidade. Deve ser prática comum a reunião/encontro da JSD com jovens de referência nas respectivas áreas. Seja através de Conselhos de Honra ou de Opinião, ou através de esquemas informais, a colaboração e participação daqueles que arastam atrás de si a admiração da juventude facilita, enormemente, o contacto e atracção dos jovens pela actividade e instituição que é a JSD.

Todas as vertentes da formação serão acompanhadas e dirigidas por um gabinete de formação política, que terá uma equipa responsável pela coordenação dos programas políticos, assim como pelas actividades de formação de Norte a Sul do país.

REFORÇAR O NOSSO PESO POLÍTICO

INTRODUÇÃO

Próximos dois anos serão de extrema importância para assegurarmos um futuro próspero para a nossa sociedade. O caminho que tomamos no actual momento político será determinante para os resultados que poderemos obter no futuro. Vencer é a prioridade e queremos estar na linha da frente. Devemos assumir a nossa responsabilidade nos futuros actos políticos. **Estaremos onde for preciso, quando for preciso e queremos reconquistar, já, a liderança portuguesa.** Queremos demonstrar que a nossa geração tem qualidade, que a capacidade de mobilização e intervenção, capaz de vencer! É com uma geração empenhada, capaz de criar o seu futuro, que lutamos ao combate político.

LEIÇÕES AUTÁRQUICAS

As eleições autárquicas serão uma prioridade para a Juventude Social Democrata. A vitória nas eleições autárquicas em 2001 responsabilizou-nos pela liderança de 159 municípios no país. A liderança portuguesa teve um papel fundamental nessa conquista e deu um claro sinal de que queria mudar. Queremos manter as Câmaras já conquistadas e conquistar outras autarquias ainda, não são nossas. Para isso temos de lutar a JSD e reconquistar espaço político de forma a podermos triunfar.

Inovação dos quadros autárquicos é uma prioridade e um imperativo. Não nos demitimos da nossa responsabilidade de apresentar ao país em 2005 um novo modelo oportuno, novas caras, sempre escolhidas pela capacidade e nunca por uma imposição interna! Renovar é sinal de vitalidade, não pretendemos transmitir uma imagem estática da nossa estrutura. Acreditamos e lutamos com novos protagonistas, com novas

vontades, com uma outra dinâmica, estaremos à altura do decisivo desafio autárquico.

As Eleições Autárquicas serão eleições singulares, porque dependem fundamentalmente das realidades locais. Entendemos, deste modo, que a estratégia política deverá ser definida, tendo em conta o panorama autárquico local. Importa, contudo, sublinhar que a estratégia eleitoral deve sempre estar sujeita ao superior interesse das populações locais.

Estaremos, sempre, preparados para o combate no terreno, para o combate político, o debate de ideias, para a confrontação dos projectos. **O principal objectivo será garantir à juventude portuguesa que terá um futuro e um espaço reservado para si. As Eleições Autárquicas serão a grande aposta neste mandato.**

2.2 PRESIDENCIAIS

A JSD estará empenhada no objectivo preconizado por Francisco Sá Carneiro, "...uma maioria, um governo, um presidente...". As eleições presidenciais, sempre, foram um potencial político da esquerda portuguesa. Chegou a hora de inverter o ciclo, de apoiarmos uma figura com capacidade política, oriunda do espaço político em que insere o PSD. Queremos um Presidente da República com uma atitude moderadora, acima de quaisquer interesses partidários. Estaremos disponíveis para ajudar a envolver a juventude portuguesa em torno de um candidato que garanta a defesa dos mais altos interesses do país.

No momento apropriado, tomaremos a nossa posição, já que uma candidatura Presidencial depende, acima de tudo, de uma vontade pessoal, que devemos respeitar.

PARA REFORÇAR PORTUGAL

3.1 REFORÇAR NA EDUCAÇÃO

A garantia de uma educação de base para todos, entendida como um início do processo de formação ao longo da vida, tem de ser, um objectivo primordial do Governo. Este objectivo implica conceder uma particular atenção às situações de exclusão e desenvolver um trabalho de clarificação de exigências, quanto às aprendizagens cruciais definidas para cada ciclo.

De forma corajosa, ousamos afirmar, peremptoriamente, que a política educativa não se pode fechar num ciclo eleitoral e não pode continuar a vigência da ideia caduca e extemporânea que defende um Governo.

Aspiramos a um ensino de virtudes, onde o aluno se sinta bem, onde o conceito de escola seja tido como uma referência na integração do indivíduo na sociedade.

3.1.1 Ensino Básico e Secundário

O aluno passa mais tempo na escola do que com a sua família, por tal facto o estabelecimento de ensino não pode ser considerado apenas um local de aprendizagem empírica. Aqui, os professores terão de ter um papel fundamental.

Neste sentido, preconizamos a alteração da Lei de Bases da Educação, tal como a proposta do anterior governo, como forma de combater a iliteracia, as assimetrias e como forma de aproximar os currículos portugueses dos da União Europeia.

Assim, propomos:

- A promoção da estabilidade do Corpo Docente nas escolas.
- A implementação célere de um Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar.
- O estabelecimento de critérios concretos e justos que conduzam à publicação do ranking

das escolas.

- A valorização da vertente pedagógica do professor, enquanto elemento essencial para a sua avaliação e consequente progressão na carreira.

3.1.2 Ensino Superior

No modelo de sociedade em que vivemos, cada jovem passa mais tempo na escola do que com a família, portanto a escola tem que ser um local de formação constante, justa e socialmente mais digna.

Portugal teve nas últimas décadas um dos mais notáveis processos de democratização da oferta do ensino superior, isto porque conta com quatro diferentes subsistemas de ensino (ensino superior público, particular e cooperativo, politécnico e concordatário). O seu crescimento foi desproporcional o que leva neste momento a repensar o modelo de ensino superior devido ao desequilíbrio entre o número de ingressos nos vários subsistemas e as vagas disponíveis, mas o ensino também tem que ser pensado no contexto europeu, mais propriamente respeitando a "Declaração de Bolonha".

O investimento disponível do Orçamento de Estado para o ensino superior não precisa de ser maior, precisa sim, é de ser melhor gerido e quem o gere tem de ser responsabilizado pelos seus actos.

O parque escolar está degradado, não existe manutenção preventiva, os equipamentos desportivos são, demasiadamente, escassos e nada atractivos, não existindo uma política de estratégia global, no que refere a esta matéria.

A investigação é praticamente nula, não existem condições e muito menos apoios públicos para o efeito. A falta de ambição e a não progressão na carreira parecem ser "quase" premiadas por

Estado ausente e desinteressado. O sucesso escolar é alarmante e poderá estar associado à não avaliação pedagógica dos docentes, ao longo da sua carreira, às más condições dos estabelecimentos de ensino superior e à falta de apoios sociais, capazes de mitigarem as assimetrias entre as classes sociais diferentes, por conseguinte, o abandono escolar atinge níveis preocupantes numa sociedade em pleno século XXI.

O financiamento público, destinado à acção social, vem vindo a aumentar substancialmente para os vários subsistemas, mas não tem tido as consequências esperadas, devido ainda à falta de vagas e residências académicas para todos os subsistemas.

Como mudar para lançar o ensino e contentemente Portugal para um desígnio mais cioso?

Propomos:

1. Criação e monitorização dum observatório de emprego capaz de “gerir” expectativas de estudante;

2. Avaliação pedagógica dos docentes ao longo da carreira;

3. Aumento da dedução à colecta em sede de IRS, de forma a corrigir os desequilíbrios entre os vários subsistemas e os vários estratos sociais;

4. Incentivo à investigação e progressão na carreira dos licenciados (pós-graduações, mestrados e doutoramentos), com bolsas e ou mesmo benefícios fiscais;

5. Novo modelo de financiamento do ensino superior;

6. Discriminação positiva do mérito, dos alunos menos favorecidos;

7. Criação de uma política de estratégia global do ensino básico até ao ensino superior, no que diz respeito ao desporto universitário, bem como a criação de novas infra-estruturas e reforçar as

já existentes;

- Um acesso aos cuidados de saúde adequados, em particular aos alunos considerados deslocados;

- A aplicação de critérios uniformes de selecção dos alunos bolsheiros, num sistema centralizado, mas não descorando os diferentes subsistemas;

- A reorganização do ensino superior em geral, devido à excessiva oferta face à procura, procurando um modelo mais coeso a todos os níveis e menos dispendioso;

- O reforço das instituições de ensino com meios capazes de responder a um ensino de qualidade, exigente e dinâmico digno de orgulho de cada português;

3.2 REFORÇAR NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

3.2.1 eGovernment/ePortugal

Define-se eGovernment (administração on-line) como a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para melhorar os serviços e informação oferecidos aos cidadãos, de modo a aumentar a eficiência e eficácia da gestão pública e promover a transparência do sector público face ao cidadão.

O acesso à informação gratuita para o desenvolvimento e cidadania e a criação de centros comunitários para a utilização da tecnologia de informação e Internet são algumas sugestões que visam o desenvolvimento do eGovernment.

O Governo electrónico tem um papel importante não só na modernização, mas também como dinamizador da massa crítica, fomentando a intensificação da utilização das TIC e a credibilização dos processos digitais e electrónicos junto dos cidadãos.

3.2.2 Sistemas de Informação

Vivemos num período em que tudo se passa a uma velocidade estonteante no mundo. As distâncias medem-se no tempo e não no espaço. É a sociedade da informação, a sociedade em que os vencedores, os protagonistas da mudança são-no pela possibilidade de quebrarem as fronteiras do conhecimento, pela capacidade de transformar conhecimento em mais conhecimento, com tradução directa nos níveis de produtividade e de equidade na sociedade.

Produtividade, porque, especialmente no caso português, o trabalho, enquanto factor produtivo, só conseguirá deixar de ficar entrancheado entre a mão-de-obra mais barata do Leste e da Ásia e a qualificação elevadíssima do Europa do Norte e dos Estados Unidos se perceber que o desafio para se juntar, para ultrapassar esta última “barreira da trincheira”, está na qualificação, na aprendizagem constante, na aquisição, produção e reprodução de conhecimento.

Equidade, porque a igualdade de oportunidades é um desígnio que fica mais próximo por esta via. Se o conhecimento é o recurso mais valioso dos novos tempos, o acesso ao conhecimento é a condição prévia essencial para uma utilização generalizada desse novo recurso.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento não é um fim, em si mesmo, não é sequer um instrumento orientado para objectivos particulares. É uma forma diferente de viver, de encarar o dia-a-dia, de vencer os desafios, com base nos princípios da criatividade, inteligência e empenho como factores de diferença.

Neste contexto, as tecnologias de informação e

comunicação desempenham um papel de avançada, que não pode ser subestimado. É por isso que trabalhos como os que têm sido levados a cabo pela Unidade de Missão Inovação e Conhecimento - Agência para a Sociedade do Conhecimento, directamente enquanto líder de projectos ou indirectamente enquanto mobilizadora e facilitadora de outras iniciativas, têm de ser promovidos, intensificados, generalizados a toda a Administração Pública e à Sociedade Civil.

O Portal do Cidadão deverá provocar uma aceleração da reforma do relacionamento entre Estado e Cidadãos, forçando as revisões funcionais, tecnológicas, legislativas e organizacionais de que a Administração Pública precisa e pelas quais o país anseia. Os Campus Virtuais e a Biblioteca do Conhecimento on-line devem provocar efeitos de contágio para a promoção de iniciativas semelhantes nos ensinos básico e secundário, os verdadeiros patamares da dificuldade que as políticas de promoção da qualificação escolar têm sucessivamente encontrado.

Na Justiça, na Saúde, na Cultura, no planeamento do território (especialmente na promoção de um desenvolvimento económico equilibrado entre litoral e interior), é preciso aceder ao conhecimento, partilhá-lo, promover a sua utilização e beneficiar do que isso representa.

Tudo isto tem de acontecer depressa. Porque já não há outro ritmo possível. Numa Europa alargada, perante uma Ásia bem acordada, com uma América, que não espera, é agora ou pode já não ser.

REFORÇAR NO EMPREENHISMO

o combate ao desemprego jovem passa muita capacidade dos jovens de criarem os próprios caminhos e oportunidades. Na fase da em que a disponibilidade para assumir riscos é maior, mostram-se inaceitáveis a moderação e a incapacidade para criação de soluções próprias. A aposta no empreendedorismo é a forma certa de, na sequência da formação cuidada, dar aos jovens os meios, o conhecimento e o apoio necessários para criarem soluções de riqueza para outros e para si.

Impedir a iniciativa económica jovem implica a remoção de obstáculos e burocracias (quer administrativos, quer financeiros), mas também a criação de estruturas de apoio que lancem ainda estudantes ou recém diplomados em iniciativas empresariais de todo o género. A criação de centros de empreendedorismo junto das escolas superiores, com o financiamento público (mas, também, por meio das actividades apoiadas) e, em estreita colaboração com estas instituições, permite acompanhar os jovens, desde os primeiros passos com integração coerente com os conhecimentos especializados que estes adquiriram. Os centros são soluções de enorme sucesso em vários países, como a Inglaterra.

É óbvio, o crescimento económico decorre com um forte impulso se se fomentar a criação de novas empresas. Mas não queremos mais do mesmo! Queremos que sejam as condições para que as empresas, que já existem, se remodelem e se tornem, efectivamente, competitivas.

Queremos, igualmente, que os mais jovens tenham o devido apoio para a criação da empresa, de forma a servir de impulso para

ultrapassar barreiras que, muitas vezes, impedem uma boa ideia de se transformar numa excelente empresa.

Note-se que os Jovens fazem parte da franja da população com maiores competências e conhecimentos científicos. Naturalmente que, esta característica conjugada com o seu espírito aberto e dinâmico fazem de nós aqueles que poderão criar as melhores empresas, com maiores índices de produtividade e que apresentem produtos mais inovadores e competitivos.

3.4 REFORÇAR NO EMPREGO

A problemática do emprego, nos dias de hoje, e, principalmente, para as gerações que agora chegam ao mercado de trabalho, é um assunto que gera inquietações e necessita de uma acção concertada e eficaz, por parte do poder político.

O emprego, para além de ser "um meio de subsistência", é também, um meio de integração e realização pessoal e social. A promoção do emprego é o garante da qualidade de vida dos jovens Portugueses. Mas a promoção não passa por esperar que a retoma aumente os postos de trabalho. O desemprego, nos nossos dias, é um problema mais estrutural do que conjuntural. A educação e a formação profissional estão desajustadas das necessidades do mundo do trabalho face ao progressivo e acelerado fenómeno da economia. O facto de dispormos de mão-de-obra relativamente barata e qualificada já não garante crescimento e desenvolvimento da economia.

A solução passa, sobretudo, por apostar na competitividade através do investimento em novas tecnologias.

Assim, propomos:

- O incentivo do espírito empreendedor dos nossos recursos humanos e criação de condições

para que a iniciativa própria volte a ser o nosso tributo colectivo.

- A aposta na criação de uma rede de pequenas e médias empresas que enfrentem novos mercados e novas áreas de negócio, como o desenvolvimento de novas tecnologias ou a prestação de serviços humanos especializados nas áreas do ambiente, turismo, lazer, segurança, sociedade e solidariedade social.

- A consolidação do investimento em parques tecnológicos e incubadoras de empresas que facilitem a criação do próprio emprego e o desenvolvimento de projectos inovadores, através de parcerias entre universidades, politécnicos e municípios, que privilegiem a fixação de jovens quadros nos concelhos do interior do País.

- Benefícios fiscais para empresas que apostem regularmente em jovens licenciados, combatendo desta forma o desemprego elevado nos quadros superiores.

- O aproveitamento da existência do Observatório de Emprego (praticamente desconhecido) e a sua dinamização de forma a acompanhar a vida futura dos jovens licenciados.

- Urge não deixar cair por terra o Plano Nacional de Emprego 2003-2006 aprovado pelo anterior executivo, uma vez que os eixos estratégicos como prevenir e combater o desemprego juvenil, rever as metodologias de acompanhamento individual, integrado e personalizado dos candidatos ao primeiro emprego e reforçar as articulações entre os serviços operacionais com maiores responsabilidades no mercado de emprego se mantenham pertinentes.

3.5 REFORÇAR NO ASSOCIATIVISMO E VOLUNTARIADO

- O Associativismo, enquanto espaço de aprendizagem, crescimento, socialização e democracia, é determinante para a aquisição da cons-

ciência cívica de um povo.

Neste sentido, o estado deve proporcionar aos jovens condições para o exercício de actividades associativas, criando legislação que incentive o aparecimento e desenvolvimento de associações juvenis e de estudantes. Estas associações são um espaço privilegiado para a participação activa dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O estado deve apoiar financeiramente a actividade dessas associações, uma vez que são uma verdadeira escola de aprendizagem, onde a juventude dá os primeiros passos na apreciação das regras democráticas e na construção da sua identidade como cidadão de pleno direito.

A legislação existente deve ser revista, a par da remodelação do Instituto Português da Juventude, criando uma rede de associações juvenis em parceria com os municípios e freguesias. Esta rede deve estimular o voluntariado, beneficiando quer fiscalmente, quer a nível de Segurança Social aqueles que nela participem.

O interior do nosso país deve ser discriminado positivamente, beneficiando com o aumento da rede de associações.

Deve, ainda, proceder-se a uma alteração legislativa que permita um tratamento global e sistemático de todas as formas de que o associativismo jovem se pode revestir, com a intenção de lhes dar um enquadramento unitário que proporcione uma mais fácil compreensão das regras a cumprir e dos direitos que lhes são conferidos, desburocratizando os processos, mas, ao mesmo tempo, responsabilizando os agentes.

vo ao Voluntariado e reconhecimento ntário

ntariado é, actualmente, uma das for-
ais importantes de participação cívica
ens e, por isso, essa participação deve
entivada, promovida e socialmente re-
da.

emos que o voluntariado deve ser, cada
is, aceite e notado por todos de modo a
nente o número de jovens interessados
o seu trabalho e tempo à sociedade, seja
área for.

entido, propomos a criação do “Cartão
al do Voluntário”, um cartão de iden-
o e reconhecimento dos voluntários
eses. Este cartão terá, ainda, a particu-
: de conceder alguns benefícios sociais.
orma de retribuição, por parte da socie-
o trabalho por eles desenvolvido.

propomos:
izar o estatuto do voluntário;
olver um projecto nacional de volun-
para as florestas;
ir a legislação sobre o associativismo
e estudantil;
uma lei única de forma que os jovens
m mais responsabilidades na condução
tinos do associativismo nacional.

FORÇAR NO AMBIENTE

olítica ambiental séria e preocupada
:ance de resultados deverá assentar no
ental princípio do poluidor pagador.
o este, quem deverá suportar os custos
enção, controlo e reparação dos efeitos
ição ou de qualquer forma de degrada-

ção ambiental deverá ser aquele que os causa e
não o normal contribuinte ou a pessoa que, sem
culpa, os sofre.

Só impondo a suportação de todos estes custos
ao causador será possível garantir o financia-
mento para as medidas de política ambiental
necessárias, mas, principalmente, induzir os
poluidores a deixarem de poluir (ou, pelo me-
nos, reduzirem os níveis de poluição).

A adopção de políticas ambientais centradas no
princípio do poluidor pagador é uma estratégia
em expansão no plano internacional, evidente
na legislação comunitária e já consolidada nos
países que apresentam os melhores níveis de
comportamento ecologicamente saudável.

Neste sentido, apoia-se a adopção das seguintes
medidas concretizadoras do princípio do po-
luidor pagador: criação de uma política fiscal
ambiental eficaz e corajosa (preferir impostos
que afectam aquele que polui e, assim, degrada
o ambiente, do que impostos sobre o trabalha-
dor só pelo facto de o ser). Mas, note-se que,
aqui, os impostos com taxas demasiado baixas
não produzem qualquer efeito ambiental de
relevo). A implementação de sistemas de
consignação (que são, provavelmente, a forma
mais eficaz para lidar com o problema das
embalagens) é imperiosa. Em Portugal, este
sistema funciona em poucos casos – ex.: garra-
fas de vidro e bilhas de gás. Há, porém, países
onde até as máquinas de bebida têm acoplados
sistemas de deposição e consignação das latas,
e onde a deposição de pilhas gastas em conten-
tores próprios é economicamente vantajosa.
A agilização e modernização dos mecanismos
de responsabilidade ambiental (que passam
pela criação de um regime unitário de res-
ponsabilização pública e privada, pela flexi-

bilização dos pressupostos e pelo aumento
do valor das indemnizações a pagar), pela
criação de fundos ecológicos que actuem onde
a responsabilidade ambiental não consegue
chegar (os quais deverão, necessariamente, ser
financiados com contribuições dos poluidores)
e pela regulamentação do seguro obrigatório
previsto no artigo 43.º da Lei de Bases do
Ambiente (medidas estas que garantem que os
danos ambientais que ocorram não fiquem sem
reparação por falta de dinheiro), pelos sistemas
de registo de emissões (de modo a facilitar o
controlo do cumprimento dos níveis de polui-
ção permitidos e a identificação rápida dos in-
fractores em caso de excessos), pela eco-rotu-
lagem, pela imposição de eco-auditorias como
condição para a obtenção de financiamentos
e apoios públicos, pelos mecanismos de nor-
malização e pela certificação de qualidade am-
biental e pelos Índices Verdes (instrumentos a
utilizar nos mercados de valores mobiliários,
que consistem na constituição de índices que
incluem as acções de sociedades que têm um
comportamento amigo do ambiente.

A aposta nestes Índices significa fazer um
“investimento verde” que estimula os com-
portamentos ecologicamente saudáveis das
empresas, pois estas pretendem atrair mais
investimentos e investidores.

3.7 REFORÇAR NA SAÚDE

A Saúde é o bem necessário para a vida equili-
brada de qualquer cidadão e também aquele
que mais o preocupa. Pensamos que o inves-
timento na saúde nunca é demais e que é sem-
pre importante assegurar os melhores cuidados
médicos às populações.

A colocação dos profissionais de saúde deve
ser tida em conta, uma vez que entendemos que
estes devem ser colocados nos locais onde são

mais necessários de modo a equilibrar os cui-
dados de saúde por todo o país.

A gestão das unidades de saúde deve ser tida
em conta e acompanhada com uma avaliação
do desempenho por parte do Estado, garantindo
uma melhor gestão dos recursos disponíveis.

**Estamos preocupados com o crescimento de
doenças provenientes da sexualidade, com
o crescimento da gravidez na adolescên-
cia e com os riscos associados a estas duas
questões. Urge efectuar medidas urgentes,
quebrando mesmo tabus, para informar
melhor os jovens!**

A informação na área da saúde é muito ne-
cessária, nomeadamente na prevenção da Sida,
da Toxicodependência, do Alcoolismo, do
Tabagismo e na sexualidade. Pensamos que
deve existir um programa definido de informa-
ção nas escolas secundárias para a prevenção
destes males. Sendo que estas serão na maior
parte dos casos, o começo do fim da vida de
muitos jovens, pensamos que se deve combater
o mal pela raiz.

3.8 REFORÇAR NA EUROPA

AA Comunidade Económica Europeia foi cria-
da na sequência da II Grande Guerra com o
intuito de reconstruir um continente destruído
por conflitos e prevenir catástrofes semelhantes
no futuro. Aquela que começou por ser uma
comunidade quase exclusivamente económica,
e que depois evoluiu para uma realidade tam-
bém com fins políticos, procura hoje, acima de
tudo, ser uma comunidade de pessoas.

A JSD deve continuar a contribuir para o de-
bate político de temas tão importantes como a
constituição da União Europeia, a definição do
papel de Portugal dentro da União e eventuais
futuros alargamentos, entre outros. No entanto,
acreditamos que é de capital importância a

da JSD ao nível da concretização de uma via “comunidade de pessoas”.

de ser o elo de ligação entre a juventude portuguesa e a União Europeia

te o alheamento dos jovens dos ideais e tradições europeias, a JSD deve empenhar-se em ser o elo de ligação entre a juventude portuguesa e a EU – e isto nos dois sentidos.

Por outro lado, **informando, debatendo e participando na União junto dos jovens.** Não conhecemos os fundamentos e o funcionamento da cidadania, não se pode esperar que haja uma identificação e, muito menos, uma assunção da cidadania europeia. Além disso, perder-se-ão as potencialidades que esta comunidade comporta, nomeadamente a possibilidade de estabelecerem sinergias entre pessoas e países, o que a existir permite a troca de conhecimento e a aprendizagem de uns com os outros.

Por outro lado, assumimo-nos como **defensores da primeira linha, dentro das estruturas comunitárias, dos anseios e problemas da comunidade portuguesa.** Nunca existirá um sentimento de identidade europeia nos jovens portugueses enquanto estes considerarem que as instituições da União são distantes e que se encontram em estruturas onde não têm voz.

Por outro lado, entendermos – e darmos a entender – as potencialidades de sermos cidadãos europeus não significa recusar as nossas especificidades nacionais (culturais, históricas ou geográficas). Na verdade, **as características únicas do nosso País devem ser defendidas e valorizadas,** por serem o que nos torna diferentes e valiosos nesta grande comunidade em constante evolução.

Reconhecemos a mobilidade como característica essencial

Além disso, sabendo que **um dos pilares fundamentais da União Europeia é o ideal de liberdade de movimento não só de bens, mas também de pessoas e ideias** e reconhecendo que, com os meios de comunicação hoje disponíveis e com o advento da chamada “sociedade global”, o Mundo e necessariamente a Europa tornaram-se um espaço, cada vez mais, pequeno, **elegemos a mobilidade como aspecto da máxima importância.**

Torna-se, cada vez mais frequente que, cidadãos de países membros da União Europeia se deslocem dentro do espaço comunitário para estudarem ou trabalharem, desenvolvendo, ainda, relações pessoais e familiares por onde passam ou onde se fixam. **E, cada vez mais, nos apercebemos das virtualidades da movimentação de pessoas e ideias dentro da EU,** permitindo levar conhecimentos de onde estão disponíveis para onde não existem e são necessários, ajudando a ultrapassar crises demográficas ou facilitando a transferência de mão-de-obra para locais dela deficitários.

Assim, consideramos fundamental que a JSD se comprometa no debate político da questão da mobilidade, um tema que, obviamente, deve ser articulado com outros – casos da Educação (atendendo especialmente ao Tratado de Bolonha), do Emprego ou da Saúde, procurando **encontrar formas de agilizar as migrações dentro do espaço comunitário.**

Defendemos uma Europa cada vez maior

A actual União Europeia tem as suas raízes numa CEE de âmbito muito reduzido. Meio século volvido, somos 25 estados-membros.

Entendemos hoje que **quanto mais alargada for a nossa união mais eficazmente se concretizarão os ideais que lhe deram origem, ou seja o pensamento de uma Europa unida, próspera e em paz.**

A JSD não só encoraja os processos de alargamento, como deseja que, brevemente, mais países consigam alcançar um estágio de desenvolvimento económico, social e político que lhes permitam aderir à União Europeia.

3.9 REFORÇAR NA HABITAÇÃO E ARRENDAMENTO JOVEM

Com o fim do Crédito Jovem Bonificado, o mercado imobiliário reagiu de forma a cativar mais jovens na aquisição de habitação própria. O mercado de venda de habitação adaptou-se à baixa procura, e, em geral, as habitações mais procuradas pelos jovens estão mais baratas. Um jovem dirige-se a uma instituição bancária e sabe que esta tem soluções para o seu crédito de habitação.

Mas o que o Governo fez não chega! Urge, numa altura em que se procedeu a uma reforma do arrendamento, adaptar o Incentivo ao Arrendamento Jovem aos dias que correm. Reconhecemos que, em determinadas circunstâncias, para um jovem é mais benéfico, no início da sua vida, ter uma casa arrendada do que comprar uma habitação. Actualmente, a mobilidade dentro do nosso país e mesmo dentro da Europa é elevada. O facto de um jovem, em início de vida, não ter o ónus financeiro de suportar uma prestação de uma habitação é uma mais valia para poder aceitar novos desafios e desenvolver a sua vida profissional.

O Incentivo ao Arrendamento Jovem trata-se de um apoio que o Estado concede a jovens arrendatários para auxiliar no pagamento da renda de casa que, desta forma, têm a possibilidade de ter a sua habitação, a um custo mais

acessível. Assim, propomos:

- Tornar o IAJ mais abrangente.

3.10 REFORÇAR O SISTEMA ELEITORAL PORTUGUÊS

Nos últimos 30 anos, o processo eleitoral português já conheceu trinta e um actos eleitorais gerais e dois referendos nacionais.

A participação política dos cidadãos nesses actos eleitorais tem sofrido, progressivamente, uma redução ao longo do período referido.

É, cada vez mais, evidente em Portugal o **afastamento dos cidadãos do fenómeno político,** facto a que não é de todo alheio o sistema eleitoral português.

De facto, o sistema eleitoral português não propicia a existência de uma cidadania activa e participativa, na medida em que, ao criar um fosso entre eleitos e eleitores, a identificação entre os eleitos e as reais necessidades e preocupações dos eleitores é cada vez menor.

Assim, cumpre reformular o sistema eleitoral para a Assembleia da República e para os órgãos autárquicos de modo a potenciar a aproximação entre eleitos e eleitores.

Propomos a reformulação dos sistemas eleitorais para a Assembleia da República e para as Autarquias, a eleição directa dos órgãos das Áreas Metropolitanas e Comunidades Urbanas, a extinção dos distritos e a extinção dos Governadores Cívicos.

3.11 REFORÇAR NA JUSTIÇA

A tutela efectiva dos direitos dos cidadãos é um valor fundamental nas sociedades democráticas.

Ao Estado compete a criação de reais condições para a concretização da tutela dos direitos dos

ãos constitucionalmente garantida. O sistema judicial tem de ser, numa sociedade democrática, a garantia dos direitos dos cidadãos e não um obstáculo ao seu exercício. Isto é que a justiça em Portugal se faz de ser lenta e ineficaz. Assim, a modernização do sistema judicial passa, necessariamente, pela celeridade, simplificação e agilização de procedimentos, de modo a que a tutela dos direitos dos cidadãos e das empresas seja, realmente, concretizada.

Costos sociais e económicos da actual ineficiência do sistema judicial são incalculáveis.

1. afigura-se-nos essencial a adopção de mecanismos alternativos à da prisão preventiva, tais como a prestação de serviço à comunidade.

O sistema prisional em Portugal está à beira do colapso. As nossas prisões estão sobrelotaadas – a média de ocupação das nossas prisões ronda os 125%.

2. numa sociedade moderna impõe-se que o sistema, além de punir os criminosos, se preocupe com a sua reinserção social.

3. propomos a implementação de programas de formação profissional e educacional dos reclusos, através do aproveitamento dos recursos humanos saídos das nossas prisões ou inscritos nos centros de emprego.

4. A política da Justiça é uma política abrangente e uma preocupação constante da JSD.

REFORÇAR NA FAMÍLIA E NA COMUNIDADE

5. lutar que a família é a mais pequena e a mais forte célula da sociedade, visto que nela crescemos, no seu seio criamos homens e mulheres e a qualidade

da nossa velhice depende, em grande parte, da forma como a família nos acolhe.

Afirmá-lo, porém, não chega. Se se acredita que assim é, ela deve ser protegida com políticas públicas eficazes.

Não é um discurso passadista, nem tão pouco fora da realidade o que assim defende a família, é a antes a constatação de que, muito embora com problemas e a coexistir com diferentes estruturas familiares, é ainda a família tradicional a opção de vida tomada pela grande maioria dos portugueses e é nela que acreditam e, acima de tudo, é por ela que lutam.

Quanto mais estáveis forem as relações familiares, mais estável é a sociedade. Esta opção exige uma orientação para a protecção da família. É obrigação do Estado actuar a montante e não, apenas, a jusante; evitar a sua desagregação e não, apenas, apoiar os seus membros se, e quando, desagregada.

É necessário, por outro lado, reconhecer que existem outras organizações familiares que precisam de apoios específicos. Devem ser apoiadas, mas, paralelamente e sem medo, deve reconhecer-se que não são o melhor modelo.

Uma das principais causas do desequilíbrio familiar prende-se com a desproporção de tarefas que, ainda hoje, são atribuídas aos homens e às mulheres no seio das famílias. A entrada galopante das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, alterou, radicalmente, o paradigma que atribuía aos homens o papel remuneratório e profissional e às mulheres o papel de doméstica e mãe.

Exige-se uma nova postura por parte das entidades trabalhadoras que devem flexibilizar o horário de trabalho e oferecer melhores condições de conciliação.

Aos homens é pedido que continuem a empenhar-se, cada vez mais, na partilha da vida doméstica e familiar.



Reforçar Portugal

